

SEMENTE DE RESISTÊNCIA NO DESERTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA DO PARANOÁ PARQUE

SEED OF RESISTANCE IN THE DESERT OF THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM – THE CASE OF THE COMMUNITY GARDEN IN PARANOÁ PARQUE

Taiçuíra Fernandes Figueiredo¹; Caroline Vicentin Gonçalves²; Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra³; Lara Caroline Carvalho Rezende⁴; Vânia Raquel Teles Loureiro⁵, Flaviane de Carvalho Canavesi⁶, Matheus de Souza Oliveira⁷, Eduardo Santos de Abreu⁸

1Arquiteta e urbanista | cambuci.tff@gmail.com | UnB | Brasília, Brasil; 2Antropóloga e Cientista Social | carolvicenting@gmail.com | UnB | Brasília, Brasil; 3Engenheira Florestal | thabata.agroecol@gmail.com | UnB | Brasília, Brasil, 4Engenheira agrônoma | rezende.lara@yahoo.com | UnB | Brasília, Brasil; 5Doutora | vanialoureiro@unb.br | UnB | Brasília, Brasil; 6Doutora | flavianecanavesi@unb.br | UnB | Brasília, Brasil, 7Arquiteto e urbanista especialista em CTS | matheusoarq@gmail.com | UnB | Brasília, Brasil, 8Agricultor Urbano | institutosocialmaior@gmail.com | Instituto Social Maior | Brasília, Brasil.

Resumo:

Este estudo analisa criticamente o Residencial Paranoá Parque, primeiro conjunto habitacional do Distrito Federal financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Por meio de métodos qualitativos, como observação de campo, análise documental e oficinas com moradores, investigou-se a relação entre a arquitetura, o uso dos espaços e a qualidade de vida da comunidade. Os resultados revelam ausência de áreas comuns adequadas, planejamento paisagístico e integração socioespacial, além de impactos negativos sobre o meio ambiente local, como o desmatamento de áreas do Cerrado. O modelo construtivo adotado priorizou produtividade e lucro, negligenciando aspectos fundamentais como diversidade habitacional, sustentabilidade urbana e geração de renda local. Conclui-se que o Paranoá Parque reflete uma lógica de produção do espaço urbano dissociada das necessidades reais dos moradores, reforçando desigualdades socioambientais. A pesquisa aponta que, para garantir urbanidade, qualidade de vida e justiça socioespacial, é necessário incorporar estratégias de urbanismo participativo, valorização das áreas verdes e protagonismo comunitário no planejamento dos territórios.

Palavras-chave:

Urbanismo participativo; Habitação social; Qualidade ambiental; Justiça socioespacial; Hortas comunitárias

Abstract:

This study critically analyzes the Paranoá Parque Residential Complex, the first housing project in the Federal District financed by the Minha Casa, Minha Vida program. Using qualitative methods, such as field observation, document analysis, and community workshops, the study explores the relationship between architecture, space usage, and residents' quality of life. Results indicate a lack of adequate common areas, landscape planning, and socio-spatial integration, along with environmental degradation due to deforestation of Cerrado areas. The construction model prioritized speed and profit, overlooking key aspects such as housing diversity, urban sustainability, and local income generation. It's concluded that Paranoá Parque reflects an urban production logic detached from residents' real needs, reinforcing socio-environmental inequalities. The study suggests that urbanity, quality of life, and spatial justice require participatory planning strategies, green space enhancement, and community-led decision-making.

Keywords: *Participatory urbanism; Social housing; Environmental quality; Spatial justice; Community gardens.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise sobre o caso do Residencial do Paranoá Parque localizado ao leste do Plano Piloto, no Distrito Federal, como mostrado na figura 1. O empreendimento, inaugurado em 2014, foi o primeiro em Brasília a ser financiado pelo programa habitacional do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Ele foi direcionado a famílias de até três salários mínimos e possui 27 quadras por onde estão distribuídos 390 edifícios de 4 pavimentos, com 4 unidades habitacionais por andar. No total são 6.240 unidades de 46 metros quadrados que compõem os espaços de sala, banheiro, cozinha ligada à área de serviço e dois quartos.

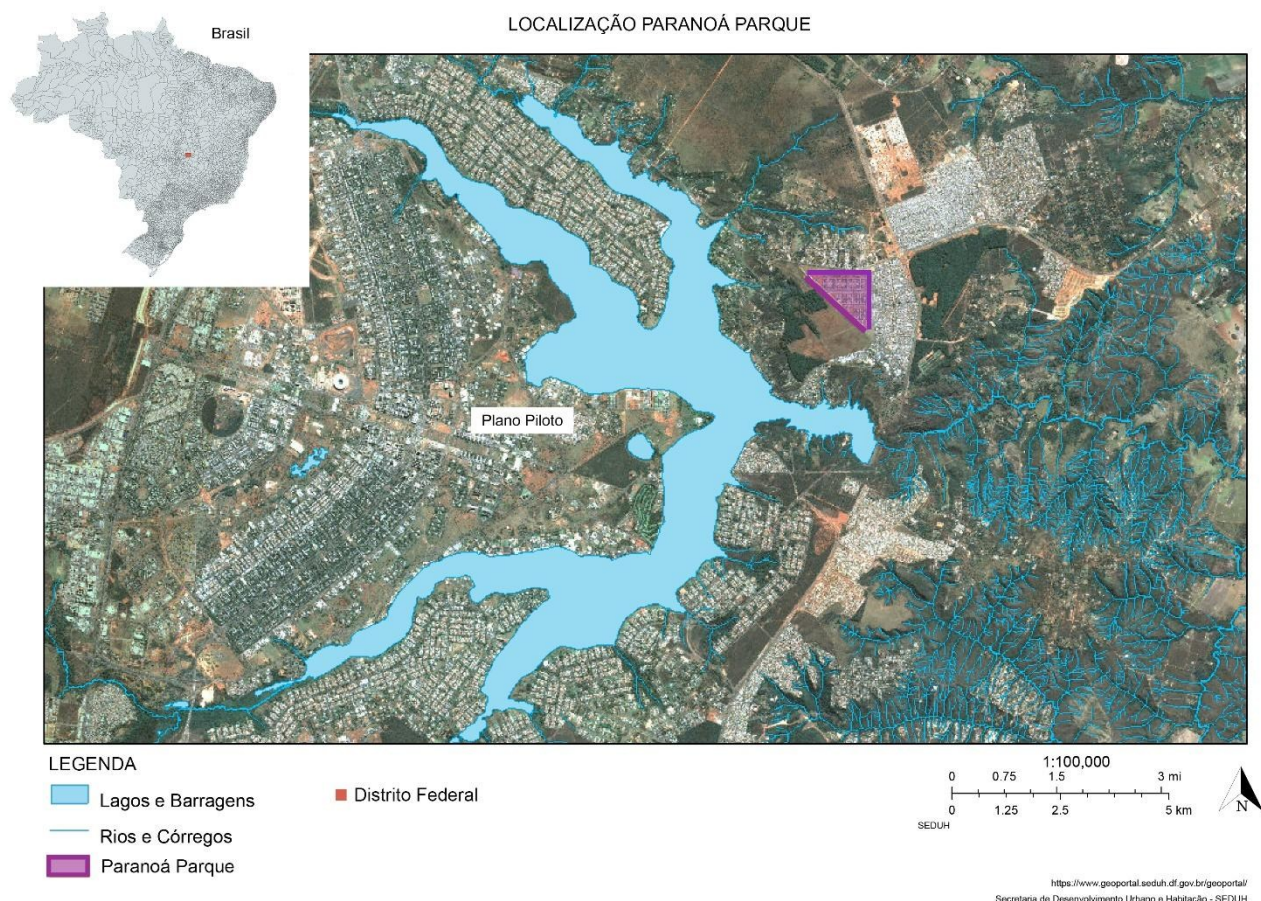


Figura 1 - Localização.

Fonte: GeoPortal com adaptação dos autores.

Os pavimentos térreos dos edifícios são compostos por unidades habitacionais, não possuindo nenhum espaço planejado de uso comum aos moradores dos prédios. Em cada conjunto existe apenas um espaço de uso coletivo, fora dos blocos em construção apartada, este que muitos condomínios cobram valor monetário para uso. Construído em paredes e lajes em concreto armado e formas de alumínio, atingiu uma alta produtividade de finalizar 28 unidades a cada 24 horas¹, porém como acontece em grande parte dos empreendimentos MCMV, não houve o mesmo comprometimento com a qualidade das habitações produzidas, nem mesmo com o planejamento urbano adequado, que garantisse pleno direito à cidade, incluindo transporte, alimentação segura e saudável, acesso à educação, saúde, cultura, lazer e espaços de áreas verdes, como colocado por Amorim (2015) que escreve:

¹ Informação retirada de notícia disponível em <https://secovi.com.br/paranoa-parque-o-primeiro-empreendimento-do-distrito-federal-financiado-pelo-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 21 mai. 2025

O PMCMV estabelece uma série de requisitos que devem ser atendidos pelos empreendimentos. Todavia estas exigências não têm se mostrado suficientes para garantir a qualidade dos projetos arquitetônicos e urbanísticos e a qualidade construtiva dos empreendimentos produzidos. Grande parte das realizações é anacrônica em relação às questões da habitação de interesse social. Elas não consideram os modos de vida dos grupos sociais e tampouco a composição de grupos familiares. Os modelos de residência não se caracterizam por uma flexibilidade adequada permitindo ajustes às necessidades de seus futuros moradores. Além das limitações da casa, a inserção urbanística dessas habitações ignora sua continuidade com a cidade onde se encontram. Em geral, tornam-se urbanizações monofuncionais. Aprofundando velhos problemas de dependência com centros distantes de serviços e comércio e agravam os problemas de mobilidade e ambientais. (Amorim *et al*; 2015, p. 11).

Empreendimentos como o Residencial do Paranoá Parque foram e ainda são construídos desvinculados de um planejamento urbano que assegura bem-estar, qualidade de vida, sustentabilidade e estratégias de sobrevivência e geração de renda a sua comunidade residente.

Como abordado por Caiaffa et al (2021), o ambiente construído afeta diretamente a saúde, desde a escala da moradia à escala urbana. Assim como a qualidade da água, do solo, do ar podem garantir bons índices de saúde, um ambiente mal ventilado, mal iluminado e barulhento, podem levar a problemas respiratórios e elevar os níveis de stress. Desse modo, iremos abordar como áreas verdes podem impactar positivamente na qualidade de vida, no bem-estar e na saúde em seu conceito ampliado, e não apenas como ausência de doenças, tendo como recorte de objeto de análise a configuração dos lugares formados pela arquitetura construída do Residencial do Paranoá Parque e como esta reflete no convívio das pessoas e na urbanidade local.

A entrada no território foi possibilitada pelo histórico de trabalho do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico no local, em 2021, e mais recentemente, em especial com o trabalho realizado na primeira turma do programa de pós-graduação Lato Sensu Residência CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica da Universidade de Brasília (UnB). Durante o trabalho da primeira turma em conjunto com o Instituto Social Maior (ISM), organização atuante no território, foi criada em 2023 a horta comunitária Cantinho da Coruja, objeto importante de análise nesse artigo. Dentre os trabalhos realizados existem projetos de extensão, projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e trabalhos de pós-graduação, os quais são costurados principalmente através do Grupo Periférico e o Projeto Extensão Rural e Agroecologia (ERA), que trabalha com os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), ambos da UnB. Dentre os trabalhos analisados para construção do artigo e para atuação no território consultou-se Oliveira (2021), Silva, Oliveira, Mendonça, Santos (2024) e Tolêdo (2024).

2. REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de território é indispensável para o debate sobre planejamento territorial e urbanismo participativo. Para além da delimitação física de um espaço, o território também contempla relações sociais e políticas que nele se desenvolvem. A geografia e a sociologia retratam a ideia de território de forma complexa, pois suas definições sobre o tema ora se complementam, ora divergem. Nesse sentido, Sobreiro Filho (2020) destaca que o território deve ser compreendido como uma construção social multidimensional, atravessada por fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais e subjetivos.

A abordagem crítica da geografia compreende o território como espaço onde se entrelaçam elementos naturais, técnicos, sociais e simbólicos. Já para a sociologia, é um espaço que ultrapassa a dimensão física e assume um papel político, cultural e afetivo para as pessoas que o habitam. Os múltiplos significados reforçam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar quando se trata de território. Em se tratando de planejamento territorial, não basta apenas organizar o espaço, mas também se faz necessário compreender as lógicas de apropriação, resistência e pertencimento dos sujeitos em seus lugares de vida.

O urbanismo participativo parte do princípio de que o planejamento das cidades deve ser baseado de maneira colaborativa, considerando as necessidades das pessoas que compõem o território, e não como uma realidade imposta, muitas vezes, “de cima para baixo”. Nesse sentido, é preciso pensar o território como espaço onde se tem uma relação afetiva e identitária, onde seus moradores possam participar ativamente nas decisões sobre seu uso e transformação.

Para que o urbanismo participativo seja de fato eficaz, é fundamental reconhecer o território como lugar onde os habitantes, por meio de suas ações coletivas, buscam reconfigurar o espaço urbano conforme seus interesses e formas de vida. Esta tipologia de urbanismo está muito próxima das lutas sociais e demandas por direitos. Como apontado por Santos (1996), o território é, em grande parte, o espaço da luta por direitos, onde práticas participativas refletem a busca por garantia de acesso a serviços básicos, qualidade de vida e o direito à cidade. A proposta não é apenas organizar o espaço físico da cidade, mas transformar a cidade a partir das relações sociais, como defende Henri Lefebvre (1991).

Os movimentos sociais nascem para defender direitos, criar espaços, conquistar e garantir territórios (Sobreiro Filho, 2021). Estes movimentos não apenas ocupam um espaço físico, mas também concebem e perpetuam territorialidades. A produção de diversos desses lugares chama-se territorialização (Fernandes, 1996 *apud* Sobreiro Filho, 2021) ou campesinização (Ploeg, 2016 *apud* Sobreiro Filho, 2021) da luta constante por frações do território que explicitam a formação dos movimentos socioterritoriais.

Um exemplo concreto de como os movimentos socioterritoriais não se limitam à ocupação física do espaço é o trabalho realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Para além da ocupação de terras que não cumprem a função social, o MST se baseia na autogestão, agroecologia e na educação do campo, envolvendo trabalho, cultura e identidade coletiva. No âmbito urbano, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) segue os mesmos princípios: reivindicar o acesso à habitação, mas também organizar coletivamente a configuração do território para, não só morar, mas viver com dignidade. No sentido de construir formas autônomas de organização do espaço, ambos os movimentos realizam assembleias comunitárias, desenvolvem redes de solidariedade e inserem a comunidade nas tomadas de decisões. Tais práticas apontam para um planejamento comunitário “de baixo para cima”, onde a organização social e política desses atores sociais permitem a construção coletiva do território a partir dos desejos da comunidade.

A participação cidadã e a livre expressão das diferenças corroboram com valores universais mais próximos de uma sociedade democrática, integrando o conceito de “urbanidade”, de acordo com Frederico de Holanda (2010). Ele abrange o estudo sobre a qualidade do espaço urbano, o qual é marcado por atividades de constante transformação, movimentos e permanência; pela diversidade de atividades nele presentes, tanto no uso das edificações, quanto no uso dos espaços públicos, pela diversidade de seus usuários, das pessoas que nele circulam, agem, se apropriam, interagem e por transições suaves entre espaços públicos e privados. Para Jacobs (2011), essa diversidade de usos e de usuários afeta diretamente a segurança, a vitalidade e a qualidade dos espaços.

O traçado urbano pode evoluir e ser alterado ao longo do tempo, formando camadas históricas, condensadas ao longo do tempo, traduzidas pela memória de cada lugar, pela cultura, costumes, relações sociais que foram e são tecidas ali e que tecem e costuram o espaço, sendo costuradas a ele também. A leitura da conformação de todas essas camadas de vida pulsante reflete na urbanidade.

No âmbito da ecologia da paisagem, a cidade pode ser compreendida como um ecossistema urbano composto por dois sistemas interdependentes (Nucci, 2008). O primeiro é o sistema natural, que engloba elementos como o clima, o solo, os recursos hídricos, a fauna e a flora. O segundo é o sistema antrópico, constituído pela sociedade e pelas diversas atividades humanas que nela se desenvolvem. Segundo Andrade (2014), conciliar de maneira sistêmica esses dois sistemas independentes para garantir as demandas para a sobrevivência do ser humano – água, energia, produção de alimentos, abrigos e tratamento de resíduos – é um dos grandes desafios para os planejadores do espaço urbano.

Essa concepção evidencia a complexidade do ambiente urbano, marcado por transformações constantes em ambos os sistemas – especialmente no natural, frequentemente alterado pelas dinâmicas econômicas predominantes. Assim, torna-se fundamental reconhecer que, apesar das intensas modificações impostas ao espaço urbano, os componentes naturais ainda estão presentes e devem ser considerados de forma integrada à realidade social, o que conduz inevitavelmente à reflexão sobre a qualidade ambiental nas cidades.

O reconhecimento das áreas verdes urbanas como uma categoria essencial de espaços livres de edificação reforça a importância de sua conservação e preservação, sobretudo no que tange à manutenção da biodiversidade. A partir dessa perspectiva, emerge a temática da sustentabilidade urbana, diretamente vinculada à qualidade ambiental e, conseqüentemente, à qualidade de vida nas cidades. Nesse contexto, o planejamento e a gestão ambiental dessas áreas devem incorporar, de forma crescente, a visitação pública como elemento estratégico na promoção da consciência ecológica. Para isso, torna-se imprescindível o investimento em infraestrutura adequada, que viabilize o uso público e contribua para a valorização socioambiental desses espaços.

3. MÉTODOS

Quanto à metodologia de análise decidiu-se pelo uso dos Princípios de Sustentabilidade (Andrade, 2015) que se dividem em Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica e Sustentabilidade Cultural e Emocional. Os princípios de cada dimensão são:

sustentabilidade ambiental (que abrange os princípios proteção ecológica e agricultura urbana, infraestrutura verde, conforto ambiental, promoção dos sistemas alternativos de energia, saúde, redução, reutilização e reciclagem de resíduos), sustentabilidade social (urbanidade, comunidade com sentido de vizinhança, moradias adequadas, mobilidade e transportes sustentáveis), sustentabilidade econômica (adensamento urbano, dinâmica urbana, desenvolvimento da economia local em centros de bairros) e sustentabilidade cultural e emocional (revitalização urbana, legibilidade e orientabilidade, identificabilidade e afetividade e simbologia). (Amorim *et al*, 2015, p. 41)

Este estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa de caráter participativo, com foco na compreensão das dinâmicas socioespaciais e ambientais do Residencial Paranoá Parque. O processo metodológico foi estruturado a partir de três eixos principais: observação *in loco*, análise documental e oficinas participativas, articulando-se com os princípios da pesquisa-ação e da ecologia política urbana.

A observação direta do território foi realizada por meio de visitas técnicas e caminhadas sistemáticas, com registro fotográfico e anotações em diário de campo, permitindo uma leitura sensível e crítica dos usos e apropriações do espaço urbano, especialmente em relação às áreas verdes, espaços públicos, infraestrutura e práticas comunitárias.

Em paralelo, a partir dos trabalhos de extensão desenvolvidos no local pela Residência CST desde a primeira edição, foram analisados documentos técnicos e institucionais relacionados ao planejamento do Paranoá Parque, incluindo projetos urbanísticos, legislações pertinentes ao programa MCMV, mapas e materiais produzidos por movimentos sociais locais. Essa etapa permitiu a identificação de diretrizes urbanas, políticas públicas e contradições presentes na implantação do conjunto habitacional.

Além disso, foram desenvolvidas oficinas e rodas de conversa com moradores, promovidas durante o módulo de Planejamento Territorial e Urbanismo Participativo da Residência CTS. Nessas atividades, buscou-se estimular o reconhecimento coletivo do território e o levantamento de percepções, memórias, demandas e propostas dos residentes, valorizando o saber local e fortalecendo o protagonismo comunitário.

Por fim, as informações coletadas foram organizadas em categorias analíticas relacionadas à qualidade ambiental, sustentabilidade urbana, uso das áreas verdes, participação social e possibilidades de resistência e ressignificação dos espaços, com destaque para práticas agroecológicas e de urbanismo tático. Essa triangulação metodológica possibilitou uma análise

crítica integrada da paisagem urbana do Paranoá Parque e de seu potencial de transformação socioambiental. Dentro desse entrelaçamento metodológico é importante destacar também a interligação entre a extensão universitária no nível da graduação e a Residência CTS no nível da pós-graduação, essa interação dentro da universidade e com a sociedade permite uma interação com o território e com a comunidade em várias frentes e por várias perspectivas, crescendo e alimentando todo trabalho ali realizado no território.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em contraste com o Plano Piloto de Brasília, onde as ruas e avenidas foram desenhadas na grande escala dos veículos, se buscarmos a construção de uma cidade para pessoas de Gehl (2014), priorizaremos a escala humana. Em vez de construções muito afastadas entre si, baixa densidade, pouca ou nenhuma atividade comercial nos térreos, separação das atividades essenciais da cidade por setores onde o deslocamento entre eles não é pensado para ser feito a pé; pensar na cidade de espaços públicos acessíveis e acolhedores, com possibilidade de curtos deslocamentos que possam suprir necessidades básicas, para que as ruas sejam feitas para serem ocupadas por pedestres, com equipamentos de bancos, bebedouros, lazer, arborização, canteiros de chuva, áreas de solo permeável. Pensar em trajetos possíveis e seguros. Com transporte público acessível, eficiente, rápido e de qualidade, preferencialmente gratuito. Pensar na promoção de ambientes saudáveis é viabilizar uma arquitetura adaptável que gere oportunidades de geração de renda, em uma cidade permeável e permeada por vegetação em locais que a vida possa se fazer presente e pulsante.

Para além do uso estritamente residencial das quadras, o uso comercial foi destinado aos lotes adjacentes às vias principais e não há o planejamento de uso misto. Com uma única tipologia, não foi construído para abrigar famílias diversas, com diferentes tipos de tamanhos, costumes, histórias e sonhos. Muito menos para garantir o bom convívio entre elas, ou uma rede de apoio formada por elas e trocas consequentes. Ao contrário, essa forma rígida arquitetônica de uso não fomenta vínculos comunitários. As restrições de usos nos condomínios não permitem a flexibilização da forma arquitetônica dos espaços com a criação de novas áreas que respondam a novas necessidades que possam surgir, como acontece corriqueiramente com a criação de “puxadinhos” em comunidades ou até mesmo adaptações do uso com o nascimento de pequenos comércios e empreendimentos dentro das próprias unidades. Com a limitação da viabilidade de produção de próprio sustento para famílias de baixa renda, a tentativa de suprir o déficit habitacional ao entregar as chaves dos apartamentos aos seus moradores não promove sozinha a qualidade de vida.

Para além disso, para a construção do empreendimento houve uma grande área desmatada, como mostrado na figura 2. A não relação com espaços de áreas verdes está presente desde a concepção do projeto. Não houve nenhum cuidado com a qualidade urbana dos espaços públicos, nenhum desenho ou planejamento paisagístico, com a preservação de espécies do cerrado e manejo responsável da vegetação que antes existia ali. O foco não foi nos futuros usuários. Há grandes áreas impermeabilizadas, destinadas a vias e vagas de veículos, configurando amplos espaços, estéreis, vazios, sem sombra. Não houve uma busca pelo equilíbrio entre a interação com o meio ambiente e a promoção da justiça social.



Figura 2: Espaço antes da implantação do projeto(2013) e após a construção do Residencial Paranoá Parque (2015).
Fonte: SEDUH, Geoportal, com adaptação dos autores.

A urbanidade pode estar relacionada aos elementos que compõem a arquitetura, seus volumes, seus cheios e vazios e os usos que lhe são dados, assim como o meio em que está inserida. O arranjo espacial conforma encontros não programados, com a escolha da posição das aberturas, por exemplo, ocorre a definição do local de entrada e saída de pessoas, circulação e relações de vizinhança (Holanda, 2010). Com os grandes áridos vazios de estacionamentos, nenhuma rede de pequenas conformações de pontos de espaços de encontros, com a ausência de diversidade de usos, há pouco ou quase nenhum movimento em muitos locais das quadras do Paranoá Parque, configurando espaços mortos a maior parte do tempo. Desertos de urbanidade. Além das janelas das unidades do térreo ficarem muito vulneráveis, esse esvaziamento do espaço público causa insegurança e casos de violência e furto. Com isso há um movimento de cercamento dos condomínios em andamento, alguns já foram cercados, como mostra a figura 3, enquanto outros ainda estão em debate com audiências públicas sendo feitas para a decisão ser tomada. Os cercamentos têm sido feitos rentes aos blocos e sem a possibilidade de articular melhores espaços de convívio, o que vai justamente contra aos olhos das ruas de Jacob (1961) que assegurariam justamente melhor segurança.



Figura 3 - Registros de blocos abertos (2014) e cercados (2025). Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Google Street View, respectivamente.

A Unidade Básica de Saúde (UBS), que pode ser localizada no mapa mostrado na figura 4, foi construída apenas três anos após a inauguração do Paranoá Parque. Após ela, também foi somada a estrutura adjacente a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Paranoá, porém foi construída justamente no local que era destinado à construção da única unidade de Ensino Médio especificada em projeto. Com evidente descaso ao acesso a equipamentos públicos de direitos básicos, o planejamento urbano da implantação do conjunto habitacional não contempla nenhum princípio para a construção de uma qualidade ambiental e sustentabilidade urbana, com respeito aos moradores, ao solo, ao caminho das águas ou fortalecimento do convívio para a formação de uma identidade local e participação coesa da comunidade. O ambiente construído desconexo da bacia hidrográfica a que pertence fragiliza o ciclo das águas (solo-vegetação-atmosfera-solo), como igualmente assim o faz com as relações humanas que nele residem.

OCUPAÇÃO URBANA (2025)

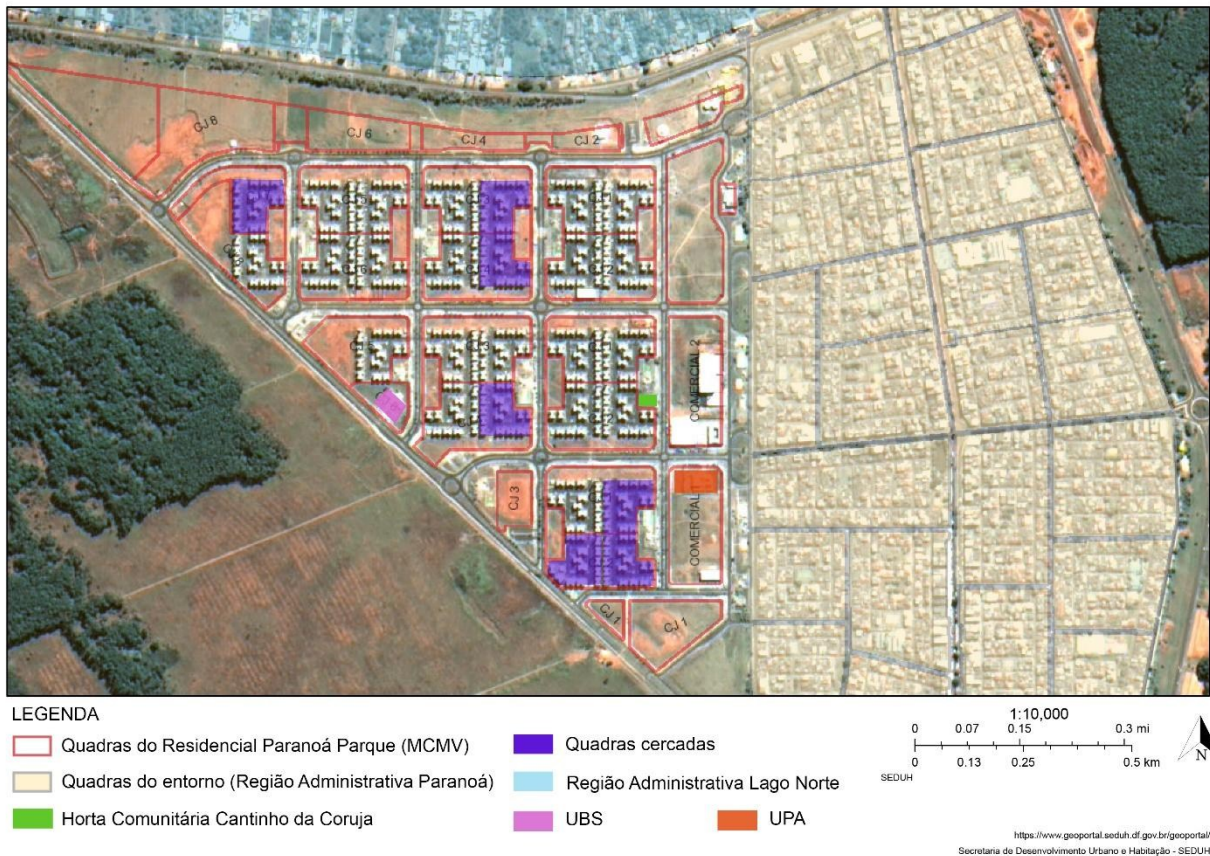


Figura 4 - Mapa de Ocupação Urbana.
Fonte:GeoPortal com adaptação dos autores.

Em 2022 surgiu a organização sem fins lucrativos Instituto Social Maior (ISM), fundada por dois moradores do Residencial, Eduardo Santos de Abreu e Norma da Silva Silvestre, com o lema “Nunca será apenas futebol”. Formalizado para criação de atividades sociais e parcerias para realizar atividades de futebol para crianças e adolescentes no contraturno escolar, também atua providenciando bazar solidário de roupas e, em parceria com o programa Mesa Brasil e Ceasa/DF, entrega de alimentos de cesta básica para famílias em vulnerabilidade social. Assim como ocorreu a apropriação coletiva da quadra de esportes, a poucos metros dela, havia um vazio sem uso. Gradativamente, ele foi sendo transformado pelo plantio de mudas de árvores por moradores e então surgiu a ideia de estender as atividades da quadra no espaço público subutilizado e proporcionar nele lazer e sociabilidade a crianças e adolescentes, alguns em vulnerabilidade alimentar e nutricional, através de uma horta comunitária. No ano seguinte, com autorização cedida pela Administração Regional do Paranoá, foi implantada a horta urbana comunitária entre as quadras 3 e 4 do Paranoá Parque. Seu planejamento foi articulado durante o módulo “Vivência territorial” da primeira edição da Residência CTS e o ISM através de uma ação conjunta.

Além de possuir benefícios de ordem urbana, climática e ecológica, como garantir a permeabilidade do solo, aumentar a diversificação das espécies e dos recursos genéticos no tempo e no espaço com a rotação de culturas, reciclagem de nutrientes, aproveitamento da biomassa e estruturação da biodiversidade, hoje, a horta denominada Cantinho da Coruja, se configura como um importante espaço de urbanidade, de convívio e potencial articulador da comunidade. Saberes, trocas e memórias são tecidos na comunidade. Desta maneira, as plantas medicinais e como preparar suas infusões voltaram para as rodas de conversas, momentos coletivos de plantio e colheita passam a

fazer parte das atividades coletivas locais, proporcionando cores, risadas, brincadeiras, sonhos, sementes. O próximo passo em andamento é estruturar uma cozinha solidária para distribuição de refeições à comunidade. Nunca será apenas futebol, nem apenas semear a terra.

Atualmente, o Cantinho da Coruja é uma das hortas urbanas (figura 5) do país contempladas pelo Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana apoiada na agroecologia e economia solidária, fomentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte que em parceria com a Universidade de Brasília, toma forma através do projeto ERA e da Residência CTS. No espaço estão sendo construídas e ministradas oficinas sobre agroecologia, segurança alimentar e nutricional, economia solidária e urbanismo tático. Tais atividades têm o objetivo de engajar a comunidade nas atividades da horta e fortalecer a organização social. Os trabalhos da UnB de pesquisa-ação, extensão e assessoria técnica feitos pelos diversos níveis de graduação e pós-graduação visam estabelecer e potencializar uma maior autonomia de gestão comunitária pelo próprio território enquanto fornece ferramentas possíveis de melhorar a qualidade do espaço. Os mutirões realizados na horta e as ações de urbanismo tático nas calçadas tecem um processo de impulsionar a autogestão do ISM, além de fortalecer a participação comunitária nessa construção coletiva da horta. Os vários encontros, visitas e conversas para entender as demandas do ISM demonstram como uma iniciativa de construção coletiva pode formar redes, gerar grandes mudanças, elaborar adequações sociotécnicas e compor urbanidade. A horta tem como objetivo promover a educação ambiental, a segurança alimentar e nutricional, ser berçário de mudas, trazer a compostagem para a rotina da comunidade e ser um espaço âncora de identidade, interação e união social.



Figura 5 - Registros da área do Cantinho da Coruja em 2023, na sua implantação, e em 2025.
Fonte: Residência CTS.

5. CONCLUSÕES

Para o local do estudo, portanto notou-se a agroecologia, a qual guarda uma íntima conexão com a promoção da saúde, e o trabalho participativo do urbanismo tático como grandes agentes potencializadores de urbanidade. Visto que o espaço construído pode ser ou não um facilitador para que intervenções espontâneas surjam, a horta Cantinho da Coruja do Paranoá Parque aparece como uma ação de resistência, não só pela produção de alimentos, regeneração do solo e regeneração ambiental, mas também por ser local de encontro social em um espaço tão árido de possibilidades de interações sociais.

A horta Cantinho da Coruja mostra um forte potencial dentro da sustentabilidade cultural e emocional, principalmente quando se analisa sob a ótica dos princípios de identificabilidade e o de afetividade e simbologia. Com a intersecção da análise da dimensão citada e do histórico do local e das moradias provenientes do programa MCMV, a importância de uma ação local e espontânea

que cause o sentimento de pertencimento aos moradores se mostra essencial para a resistência da comunidade dentro desse empreendimento, carente de espaços sociais comunitários afetivos de encontros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Cláudia Naves David et al. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva**. 1ª. ed. Brasília: UnB, FAU, 2015.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexões dos padrões espaciais do ecossistema urbano: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. 2014. Tese (Doutorado). Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

CAIAFFA, Waleska Teixeira; ANDRADE, Amanda Cristina de Souza; SALES, Aline Dayrell Ferreira; COELHO, Débora Moraes. **Saúde Urbana, cidades e a interseção de sistemas: panorama, agendas, gaps e oportunidades rumo à equidade, sustentabilidade, resiliência e promoção em saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2014.

HOLANDA, Frederico de. Urbanidade: arquitetônica e social. In: **I ENANPARQ**. Rio de Janeiro: 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Centauro, 1991.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150p.

OLIVEIRA, Matheus de Souza. **Novo Paranoá Parque: os padrões socioespaciais como estratégia de intervenção urbana**. 2021. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECOVI-SP. **Paranoá Parque, o primeiro empreendimento do Distrito Federal financiado pelo Minha Casa, Minha Vida**. SECOVI-SP A casa do mercado imobiliário. São Paulo, SP, 01 set. 2016. Disponível em: <https://secovi.com.br/paranoa-parque-o-primeiro-empreendimento-do-distrito-federal-financiado-pelo-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, Priscilla Castro da; OLIVEIRA, Matheus de Souza; MENDONÇA, Thiago Teixeira; SANTOS, Marcos Henrique Gabriel da Cruz dos. **Serrinha do Paranoá e Paranoá – DF**. 2024. 170 f. Relatório Técnico (Especialização em Adequação Sociotécnica Multiprofissional – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília

SOBREIRO FILHO, José. **Aprendizagem territorial, educação e resistências no campo e na cidade**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020

SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. In: SILVA, Rogério Haesbaert; DIAS, Leandro (Orgs.). **Teoria na Geografia III: mundos possíveis**. São Paulo: Editora Contexto, 2021. p. 325–348

TOLÊDO, Gabrielle Seabra. **Praça Social Maior: urbanismo tático e agroecologia**. 2024. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília